

Reconstituição cartográfica de alguns papéis dispersos de Geraldo da Silva Nobre

MARINEZ ALVES*

Após o falecimento de Geraldo da Silva Nobre, sócio efetivo do Instituto do Ceará ocorrido em 2005, sua biblioteca e arquivo permaneceram intactos até 2007, quando foi divulgado na imprensa local que o acervo passaria a pertencer à Biblioteca Municipal Dolor Barreira. Em contato com familiares, fomos informados que os livros e papéis diversos, que se encontravam acondicionados em imóvel anexo, não despertaram interesse, e que, brevemente, seriam descartados, pois pretendiam mudar-se para apartamento. Já na primeira visita ficamos deslumbrados com o grande número de jornais e livros de autores cearenses que, hoje atendem a demanda de pesquisadores e consulentes da Biblioteca do Instituto do Ceará. Além de dezenas de livros e periódicos recolhemos diversas pastas com papéis manuscritos e datilografados que revelam muito bem a capacidade de trabalho e de investigação histórica de Geraldo Nobre. Dos papéis diversos vindos para o arquivo do Instituto, transcrevemos abaixo um texto, sobre a evolução urbana da cidade de Fortaleza; o trabalho reafirma sua postura firme e minuciosa na pesquisa histórico-geográfica e sua visão urbanística para esta cidade a que tanto serviu.

Fortaleza na prancheta: planta e plano

As cidades têm a própria história, principalmente com sua formação, devido a um processo de poucos variantes e, no entanto, ao mesmo tempo diversificado, pois o solo ocupado jamais é igual ao de outro

* Geógrafa e Diretora Administrativa do Instituto do Ceará

qualquer solo da superfície terrestre, assim como difere o comportamento dos povoadores, sujeitos, embora, aos impulsos da natureza humana, determinantes, pelo código genético e pelos hábitos da personalidade individual, responsável pela diferença em referência, por conseguinte pelos fatos históricos.

No planejamento urbano vale a sentença de Protágoras, segundo a qual o homem é a medida de todas as coisas, significando admitir-se como fulcro da atividade urbanística as pessoas, para as quais o espaço e os equipamentos sociais devem ser adequados, ao invés de se tentarem ajustar o agrupamento humano um dispositivo não raro, excessivamente preceptivo, algo parecido com um desenho geométrico, admirável pela perfeição das linhas, mas pobre de expressão do poder criador do profissional competente.

Sem desprezar a estética da planta de uma cidade, essencial à simplificação do continente respectivo, alvo conducente ao bom desempenho dos equipamentos urbanos, impõe-se a consideração da realidade cujo ordenamento se pretende, à busca de coordenadas, parâmetros e outros referenciais ou fatos (históricos, identificadores da unidade fisioantropológica ou política), em cada caso.

No da capital cearense, constata-se uma origem (não uma fundação propriamente dita) no forte construído pelo invasor holandês à margem esquerda do riacho Pajeú (1649), ocupado pelos portugueses menos de cinco anos depois e, à sombra, do qual foram feitas algumas edificações a partir de então, constituindo um povoado ainda sem expressão urbana ao longo do século XVIII.

Trata-se de uma situação um tanto peculiar no âmbito da organização política da metrópole de Portugal e sem império ultramarino, aquele tempo, ditada pela superfície pouco expressiva do território respectivo, a posição privilegiada em relação ao oceano e a urgência da defesa (primeiro contra os mouros, depois contra os hispanos), fatores de uma ocupação bastante densa de quase todo o espaço geográfico, resultando em um grande número de vilas e cidades, cuja disciplina urbanística se constituiu uma das preocupações dos primeiros legisladores do Reino.

A força do destino

É discutível a intenção de povoar e colonizar o Ceará logo após a ocupação do forte holandês da desembocadura do Pajeú, visto como não demonstra a prática adotada então de substituir anualmente os defensores, transportados de Pernambuco na “barca da muda”, como a denominava, norma explicável pelo fato de enfrentar a administração do Reino e do Estado do Brasil, maiores problemas nas Capitânias de baixo (Costa Leste): recuperação da economia, resistência dos africanos e seus descendentes à tentativa de reescravizar eles, após terem colaborado na expulsão dos invasores holandeses com a promessa de terem assegurada a liberdade, desordens e crimes no sertão, ameaça de novas agressões externas etc.

O reduzido agrupamento constituído por alguns soldados, mulatos na maioria, e seus filhos mestiços, iria contar, no entanto, com a força do destino, mediante a localização deveras auspiciosa e decisiva para a consolidação da Capitania do Ceará Grande, porquanto encaminhou a integração territorial de duas antigas donatárias e, ao mesmo tempo, contrabalançou, ao nascente e ao sul de Pernambuco, ao Ocidente do estado do Maranhão, para a defesa do qual, aliás, se haviam erguido os fortes no litoral cearense.

Ainda a povoação de casario parco e humilde, a Fortaleza do Pajeú fez valer o seu destino, não o insignificante poderio militar, aos sesmeiros do Jaguaribe, do Pacuti e do Choró, aos conquistadores dos Cariris Novos (cearenses) e ao enclave jesuítico da Ibiapaba (fracassado pela interferência do estado do Maranhão, e, a seguir, pela intromissão dos paulistas da família Gago), sobrepondo-se aos núcleos de atividade econômica do porto das barcas do Aracati e do entreposto do Icó, abastecedores de carne-seca e gado em pé, respectivamente, para o consumo dos pernambucanos, por sua vez fornecedores de tecidos secos e molhados, em contrapartida, desfavorável, ao nível quase, do escambo primitivo.

Sem plano, nem prancheta

A mencionada organização política do reino de Portugal em vilas e cidades e da experiência administrativa sobre questões urba-

nas não contou de imediato com o suporte da prancheta, provavelmente pela preferência dada à elaboração de mapas ou cartas geográficas no dilatado período da epopeia gloriosa dos grandes descobrimentos marítimos.

Na verdade, a planta de uma cidade, ou vila, com base no conhecimento realista do traçado e das disposições dos variados equipamentos (ou de alguns deles) conforme a finalidade, tendo interesse restrito (segurança e defesa, instrumento de tributação, guia para o visitante etc.), é documento de valor restrito e, àquele tempo, esta circunstância implicava em poucos incentivos às suas elaborações.

Ademais, escapava à consideração das autoridades aspectos de maior importância, resultados pelas concepções ágeis da sociedade industrial, a primeira delas a da organicidade, ou dinâmica, dos agrupamentos; e, o segundo, a relação desses com os intercambiantes em geral (próximos ou longínquos, assemelhados ou diferentes, progressivos ou retrógrados etc.).

Em paciente pesquisa do Barão de Studart, da qual resultou a relação cartografia, mapas, cartas etc. Na geografia do Ceará de sua autoria, as fontes de informação sobre a povoação do forte do Pajeú limitam-se à planta da primitiva edificação holandesa escrita, presumivelmente levantada pelo engenheiro Ricardo Caer, reescrita, aliás, ao dito baluarte ainda a construir, compreendendo o desenho, no mais, um demonstrativo do roteiro da enseada do Mucuripe aos confrontos litorâneos da serra de Maranguape e lagoas próximas, com os acidentes geográficos de alguma consideração e as habitações dos chefes indígenas.

Em seguida aquele arrolou o Barão de Studart outros documentos da espécie, alguns denominados impropriamente plantas, destituídas de interesse quanto ao arruamento da povoação da fortaleza, por certo ainda insignificante, ao ponto de reduzir-se a quatro artérias, com quarteirões em número de quinze, aproximadamente, e uma praça, contigua ao edifício militar, para dentro; isto não obstante algumas construções recentes, de próprios para repartições governamentais, cujo risco, assim como o do sobrado de sua propriedade, se atribuiu ao naturalista João da Silva Feijó, de tantos serviços prestados ao Ceará.

É de indiscutível autoria a planta demonstrativa da capital do Ceará, daquele ano de 1810, da qual, presumidamente, o padre João Ribeiro de Melo Montenegro, confeccionou, na capital pernambu-

cana (Olinda) o desenho, com base nas informações coligidas pelo autor e acompanhadas de um esboço ilustrativo, para orientação do trabalho definitivo.

O enunciado completo da planta aqui referida, explicitando “...para servir de plano à sua carta topográfica..., isto é ao mapa geral do Ceará, revela ter adquirido o naturalista Feijó, brasileiro com formação na Europa, uma concepção moderna dos instrumentos da espécie, ajuizando ser oportuno aplicá-la com propriedade quando a capitania onde se encontrava a serviço, inaugurava uma nova fase de sua evolução política, administrativa e econômica devido à autonomia recentemente conquistada e ao comércio direto com a Europa, liberta do ônus de importar a preços sobretados nas alfândegas do Maranhão e de Pernambuco, nelas despachando, por outro lado o algodão e outros efeitos da terra com custos adicionais.

Com numerosos escritos e estudos dedicados a assuntos históricos e geográficos do Ceará, é admissível a autoria de Feijó em dois outros documentos do tempo do governador Luiz Borba Alardo de Menezes: uma planta da capitania, de 1810 como as citadas anteriormente, talvez uma segunda cópia da demonstrativa, ou tratando-se trabalhos diferentes (dúvida não formulada nem esclarecida pelo Barão de Studart), reprodução de uma carta com aquele mesmo qualificativo acrescido de “...para servir a sai história geral...” referindo-se ao Ceará, esta do ano de 1809; e, por fim, de 1811, o prospecto da Vila de Nossa Senhora d’Assunção ou Porto do Ceará, localizando acidentes geográficos e sinalizando os equipamentos defensivos existentes no mucuripe e da prainha (além da barra e do trapiche localizado nesta última, à direita da desembocadura do Pajeú), as casas de prensar e recolher o algodão para embarque, e da pólvora e da contadoria e quartéis de infantaria, a igreja por conseguinte uma Fortaleza litorânea, de militares, autoridades civis e eclesiásticas, negociantes marítimos e pescadores, constituindo uma população pouco numerosa, e no, entanto, concentrada, até então, à sombra de um baluarte mais uma vez em ruínas, para a reconstrução do qual o governador Barba Alardo iniciara campanha de subscrição de donativos pelas pessoas de maiores posses argumentando com a possibilidade de um ataque por tropas do Imperador Napoleão ou por piratas argelinos cujas investidas eventuais contra o litoral cearense estavam vivas na memória popular.

Camarários e arruadores

A ereção em vila implicava, no direito lusitano, em criação do município, então denominado termo, sendo uma curiosidade no tocante a da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção (do Pajeú), a indefinição a respeito na resolução régia de 9 de maio de 1725, do teor da qual se deduz a intenção de limitar a providencia ao envolvimento dos moradores na defesa daquela edificação militar, tendo-a em contrapartida, “... por asilo para sua conservação...”.

Como corolário dessa proposição, o gesto dos sesmeiros do Jaguaribe, Pacoti e Choró elegendo uma câmara de vereadores e sediando-a no Iguape foi um gesto de rebeldia, anterior ao da população do Recife de Pernambuco, na denominada “Guerra dos Mascates”, em 1710, sob influência, provavelmente, do exemplo daqueles povoadores do Ceará, tolerado, e mesmo ratificado, pelas autoridades coloniais, assim como os moradores “... à sombra do forte do Pajeú...” reagiram, erigindo vila própria logo transferida para as proximidades da barra do rio ceará, núcleo inicial da ocupação defensiva do litoral cearense, pouco menos de um século antes, por Pero Coelho de Sousa, de modo efêmero, e Martins Soares Moreno, muito precariamente.

Se, em 1726, os soldados do forte e sua descendência instalaram a câmara julgando-se a tanto autorizados e com a conivência do capitão comandante Manuel Francês, descuidaram de atribuir-lhe um patrimônio, rentável o suficiente para o desenvolvimento das atividades respectivas, condenando-a, pois, à inoperância, notadamente quanto ao custeio das obras públicas e da prática urbanística em geral.

Na verdade o invasor holandês não tivera a intenção de fundar uma vila ou cidade, mas somente a de construir um baluarte em situação favorável a uma base de exploração e escoamento para a Holanda do ouro supostamente encontrado o Monte Itarema e em outros pontos do território cearense por índios nômades ou portugueses afoitos, segundo versões sigilosas, justificados pela ganância dos descobridores, por parte dos últimos, e pela manha dos silvícolas na prática do escambo.

O local não era apropriado ao desenvolvimento de um núcleo populacional, salva a um custo elevado com obras públicas, pela natureza arenosa do solo, a formação dunosa a topografia algo acidentada por barrancos como outeiros da prainha à margem direita do Pajeú, as

enxurradas de chuvas torrenciais, os aguaceiros litorâneos, as formigas e os cupins destruidores, o acesso difícil ao sertão devido às secas periódicas e os invernos copiosos em sucessão quase ininterrupta etc.

Sem terras para aforamento ou qualquer bem patrimonial com rendimento certo, a atividade dos camarários ficara limitada forçosamente a providências como expedição de licenças para o funcionamento de oficinas, lojas e outros estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, conferir pesos e medidas, passar atestado aos ocupantes de cargos públicos, proceder à arrematação dos tributos e multas, prover a subsistência da população mediante fintas nos casos de escassez, etc. relacionando-se mais de perto com a questão urbanística, decidiam os oficiais da câmara, em vereação, quanto a requerimento de novas edificações, para as quais as ordenações do reino fixavam critérios, nem sempre observados, pois, no período colonial, ditas corporações eletivas se responsabilizam por iniciativas justificáveis, por situações imprevistas ou por circunstâncias incomuns o trato dos assuntos locais.

Embora com indicativo cronológico, é bem posterior a instalação da câmara a planta da vila de Fortaleza reproduzida pelo padre Serafim Leite, S.J. Em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil* (vol. 3) pela qual se constata a existência do tempo da respectiva confecção, de um número apreciável de prédios residenciais além das características das habitações indígenas, algumas já localizadas a direita do Pajeú (prainha), porém dispostas irregularmente, portanto, sem noção de arruamento.

Aquela planta é, certamente, posterior também a instalação das vilas de Icó (1738) e do Aracati (1748), na qual houve preocupação de um ordenamento urbano, com adaptação a topografia dos locais selecionados, diferentemente, por conseguinte, de prática ainda vigente na Fortaleza do Ceará, onde somente há indicações precisas de atividades de arruadores no transito século XVIII para o seguinte, devendo-se talvez ao interesse da fazenda real em ter maior facilidade na cobrança do tributo da décima urbana, então instituído.

Extermínio indesejável

O vocábulo extermínio é, aqui, um trocadilho alusivo à nova semântica adotada para as circunscrições do exercício da autoridade dos camarários (juizes ordinários, vereadores e procuradores do senado da

câmara), paulatinamente absolvida pela nova legislação, promovendo a red denominação daquelas, ex-terminos), desde então referidas pelo vocativo município como se houvesse parecido, no Brasil (particularmente) ao tempo identificado de antipolítico, administrativo.

Na verdade a lei de 1º de outubro de 1828 votada pela assembleia geral e sancionada pelo imperador Dom Pedro II obedeceu ao influxo de uma nova concepção de estado, ostensivamente oposta à do absolutismo, erigido sobre a doutrina do direito divino do rei, então substituída pela estatolatria em sua primeira manifestação a do belicoso império napoleônico, predecessor do totalitarismo: concepção, aliás, contraditória, considerando o pretense caráter democrático atribuído ao novo sistema, enquanto, na prática, a participação popular, melhor assegurada pela organização político-administrativa dos municípios, com suas câmaras de vereadores também qualificados como repúblicos, ficaria impotente pelo republicanismo centralizador, causas primárias das guerras civis brasileiras no período regencial estava à mentalidade em apreço no pensamento político-filosófico dos próceres do império ao ponto de afirmar Dom Pedro II: se não fosse ele o imperador desejaria ser republicano.

O esvaziamento das autoridades das câmaras implicou em desídia quase generalizada quanto à questão urbanística sendo imperativo de justiça em relação ao Ceará menção ao senador José Martiniano de Alencar presidente de então província, pelo cunho progressista de seu governo, um dos muitos raros orientado para antecipar o futuro de modo se lhe puder atribuir um plano em função do qual a cidade de Fortaleza ganharia condições de expansão, notadamente pela melhoria das vias de acesso e abertura de novas estradas com essas características, da contratação de artífices e mestres estrangeiros para as obras públicas a criação de um banco provincial (então único do Brasil) e outras providências, além de principal responsável pelo surgimento da praça do Ferreira em cujo lado oriental fez construir o primeiro casario conjugada (“Villa”), de sua propriedade.

O Impacto das secas

A escassez de precipitações pluviais e nas agitações políticas no período de 1816 a 1830 tiveram consequências duradoras para a província e sua capital cuja expansão continuaria modesta no período seguinte,

não obstante o governo empreendedor do presidente Alencar, cujos sucessores, menos pela incompetência e mais pelo facciosismo político de adversários, colocaram a cidade em uma situação devido à qual se tornaria o placo da tragédia assombrosa de hecatombes, nos surtos epidêmicos, sobretudo nos ocorridos em tempo de seca.

Em 1844, prolongando-se ao ano seguinte, Fortaleza acolheu os primeiros grupos de “retirantes”, forçados a abandonar as suas terras de plantar e criar do interior da província para esperar do governo a salvação da vida mediante rações de farinha e carne-seca, além de água e, no entanto, sujeitos, pela promiscuidade em alojamentos improvisados, a epidemias devastadoras.

A descrição da Cidade de Fortaleza em 1845, portanto do ano final da ocorrência daquele flagelo, publicada em jornal, com o autor optando pelo pseudônimo O outro Aramac, no ensejo da divulgação da monografia do Historiador Antônio Bezerra (do Instituto do Ceará) de título semelhante, porém alusivo a 1895, nenhuma conclusão permite sobre efeitos imediatos em termos de expansão urbana, determinada pelo acréscimo da população, da qual um indício foi a providência da Câmara Municipal ordenando a elaboração de uma planta da capital cearense pelo arruador Antonio Simoens Ferreira Faria, em 1850.

As vistas das autoridades concentravam-se, no entanto, ainda no espaço objeto de trabalho semelhante de Silva Paulet, atitude justificada pela circunstância de tratar-se de uma cidade portuária, embora sem um porto satisfatório, cuja construção vinha sendo reivindicada, ao ponto da Câmara Municipal mostrar-se insatisfeita com aquele trabalho do arruador e confiar-lhe, cerca de dois anos depois, a confecção da Planta da Praia da cidade da Fortaleza.

Mais abrangente é a de 1856, devido à habilidade do padre Manuel do Rego Medeiros (depois Bispo de Pernambuco), por registrar a expansão correspondente à Praça de Dom Pedro II (do Ferreira), à edificação de um novo templo – o de Nossa Senhora da Conceição do Outeiro da Prainha, inaugurado em 1841, a do cemitério de São Casimiro (1848) e ao novo Paiol da Pólvora (1855), ambos no morro do Croatá, ao nascente do Campo da Amélia, urbanizado desde 1830, concluindo esta relação com o recém-construído Lazareto da Lagoa Funda (1855-1856); expansão cuja importância consiste na abertura de espaços para atendimento às necessidades futuras de acréscimo da área edificada.

Não se esperava um impacto de vulto, ou esta previsão era alheia às preocupações dos administradores, talvez mesmo desestimulados por juízos como o do oficial reformado da Marinha 1º tenente José Lúcio de Araújo, em informação de 21 de agosto de 1837 sugerindo a transferência do núcleo da cidade para barra do rio Ceará, onde as condições seriam mais favoráveis ao desenvolvimento da capital cearense, em comparação com as oferecidas na localização a “sombra da fortaleza”.

A elaboração de plantas documentando a expansão urbana não preocupou os camarários fortalezenses, talvez por depender dos escassos recursos orçamentários atribuídos pela Assembleia Legislativa Provincial a essa e às demais corporações municipais, por sinal bem numerosas, entretanto, nos primeiros decênios da segunda metade do século (XIX) intensificaram-se os trabalhos cartográficos em decorrência da discussão da escolha do porto de Fortaleza, assunto colocado na ordem do dia pelo desenvolvimento da navegação a vapor, de cujos benefícios o povo cearense passou a gozar, no tocante ao intercâmbio com outros países, somente em 1867.

Não obstante a precariedade das instalações portuárias, Fortaleza passou a concentrar quase toda a atividade exportadora e importadora da Província, até mesmo o comércio de cabotagem, porém a era de expansão urbana seria consequência principalmente da grande seca de 1877-1879, quando recebeu um número de “retirantes” quatro vezes, pelo menos, múltiplo de sua população àquele tempo, beirando os 25 mil habitantes, apenas.

Aquela seca, por ter ocorrido após um período de 32 anos de invernos bons e regulares, pareceu um fato excepcional, não predispondo o povo e as autoridades mudar a mentalidade acomodaticia e, por conseguinte, imprevidente, em particular no pertinente aos problemas da capital, agravados, a partir de então, por um incontrolado crescimento demográfico, a reclamar um plano urbanístico prospectivo, para fundamento de práticas eficazes de utilização do solo, segundo critérios objetivos de sua diferenciação característica e preservação do meio ambiente e do valor histórico específico; de reforma periódica do código de postura, ditada pelas novas situações; e de serviços essenciais à disposição de toda a população, cujo financiamento é questão de contabilidade social, ao invés de precipuamente fiscal-orçamentária.

A contribuição de Adolfo Herbster, Gustavo Horácio de Figueiredo, Julis Groeger, Oscar Guilherme e alguns outros posteriormente à seca de 1877-1879, representou um avanço técnico na elaboração de plantas da capital cearense, com mentalidade, no entanto, estruturalista, como a de seus antecessores; e, se, mais recentemente, Nestor de Figueiredo e Saboia Ribeiro foram mais perspicazes, muito lamentavelmente os seus planos esbarraram na reação de autoridades, proprietários e locatários cuja concepção de desenvolvimento se restringe ao faturamento.

Em consequência, a população desta Fortaleza de agora, sente-se insegura, traumatizada e espavorida pela iminência de um caos em todos os setores de sua existência, como protagonistas de uma tragédia urbana, na qual estamos todos nós, fortalezenses, incluídos, na maioria inerte, quando nenhum é impotente para agir solidariamente na superação dos desafios da natureza e da sociedade.

Geraldo da Silva Nobre

